

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Do Sr. Hugo Leal)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para uniformizar e ampliar as penas aplicáveis aos crimes de homicídio culposo e de lesão corporal culposa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 302 e 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para uniformizar e ampliar as penas aplicáveis aos crimes de homicídio culposo e de lesão corporal culposa.

Art. 2º Os arts. 302 e 303 da Lei nº 9.503, de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 302.

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

..... (NR)”

“Art. 303.

Pena – detenção, de dois meses a dois anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

..... (NR)”

Art. 3º Os arts. 121, § 3º, e 129, § 6º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 121.

§ 3º

Pena – detenção, de um a seis anos.

..... (NR)”

“Art. 129.

§ 6º

Pena – detenção, de dois meses a dois anos.

..... (NR)”

Art. 4º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º, renumerando-se os demais:

“Art. 129.

§ 8º Se a lesão culposa é de natureza grave ou gravíssima, aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

..... (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira em vigor estabelece – de acordo com o disposto em dois diplomas legais: Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e Código Penal – uma grave desproporção entre as penas previstas para os crimes de homicídio culposo e de lesão corporal culposa.

O Código Penal estabelece pena de detenção, de um a três anos, para o crime de homicídio culposo, e de detenção, de dois meses a um ano, para o crime de lesão corporal culposa. Já no CTB, a pena prevista para o crime da prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor é a detenção, de dois a quatro anos, enquanto a pena para a prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor é a detenção, de seis meses a dois anos.

A principal intenção do presente projeto de lei é a de estabelecer uma gradação mais adequada para a prática de tais crimes, posto que existe um intervalo entre as penas máximas previstas para o homicídio culposo – três anos no Código Penal e quatro anos no CTB – e a pena mínima prevista para o homicídio doloso, que é de seis anos no Código Penal.

Com a nova redação aqui proposta, o cometimento de crime de homicídio culposo passaria a ser apenado, tanto no CTB quanto no Código Penal, com a detenção, de um a seis anos. Dessa forma, caberia ao Poder Judiciário fixar a pena a que o infrator deverá se submeter, dentro de um espectro mais amplo que poderá representar, com maior fidelidade, os vários níveis de gravidade e responsabilidade a que estão sujeitos os crimes dessa natureza.

Além das situações de aumento de pena previstas no CTB e no Código Penal, o Juiz poderia, por exemplo, atribuir penas maiores do que as previstas atualmente para o homicídio culposo, quando houvesse agravante, notadamente em casos mais graves de desrespeito à vida, como a condução de veículos sob efeito de álcool ou drogas e a participação nos chamados “pegas”, bem como em outras condutas criminosas praticadas no trânsito ou fora dele.

No caso específico do crime de lesão corporal culposa, a proposta aqui defendida estabelece a uniformização da pena, buscando também ampliar o intervalo entre as penas máxima e mínima, de forma a buscar uma melhor adequação às várias situações reais possíveis.

É importante destacar que, se a lesão corporal culposa for de natureza grave ou gravíssima, a pena prevista ainda poderá ser aumentada de um terço a dois terços, nos termos do novo § 8º que acrescentamos ao art. 129 do Código Penal. Esse enquadramento também é válido para os crimes praticados na direção de veículos automotores, conforme especificado no art. 291 do CTB.

Por fim, cabe lembrar que as penas de um crime devem ser definidas em decorrência de sua natureza e gravidade, e não em função do instrumento utilizado. Adicionalmente, não se pode negar que é necessário ampliar o limite máximo de detenção para os crimes de homicídio culposos praticados em situações de grave desrespeito à vida. Tal necessidade mostra-se ainda mais evidente nos casos de crimes de trânsito, onde são cometidas verdadeiras barbáries, que dificilmente são consideradas, na prática, como ações dolosas.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2007.

HUGO LEAL
Deputado Federal
PSC/RJ